
NOS BASTIDORES DA PAISAGEM: uma viagem geográfica pelos conflitos territoriais no Ceará, Piauí e Tocantins

BEHIND THE SCENES OF THE LANDSCAPE: a geographical journey through the territorial conflicts in Ceará, Piauí, and Tocantins

Antônio Eusébio de Sousa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
sousa.eusebio1@gmail.com

José Carlos Dantas

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
j.c.dantas06@gmail.com

Carlos Eduardo Ribeiro Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
cadusophia@gmail.com

Thaysslorranny Batista Reinaldo

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, CE, Brasil
thayssuft@gmail.com

Alexandra Maria de Oliveira

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, CE, Brasil
alexandra.oliveira@ufc.br

Carlos Alberto Feliciano

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
cacafeliciano@gmail.com

Resumo

A expansão do capitalismo no campo brasileiro produz contradições que são inerentes à sua existência: ao mesmo tempo que gera riqueza e a concentra para garantir a sua reprodução, expropria e submete sujeitos que se opõem a sua lógica de desenvolvimento, produzindo e acentuando as desigualdades entre as classes sociais. O texto pretende descrever e refletir sobre a violência no campo gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, que lacera a paisagem e a relação dos sujeitos com seus territórios, violando direitos individuais e coletivos, ao mesmo tempo que promove inúmeros conflitos territoriais. O trabalho foi elaborado através da sistematização de diálogos e registros fotográficos nos locais visitados (Cariri cearense, semiárido do Piauí e Cerrado tocantinense em janeiro de 2020), acompanhada de uma leitura crítica dos processos percebidos durante as visitas. Como resultado, identificamos elementos compostos dialeticamente na paisagem e no território e os classificamos em dois grupos: a) as paisagens do conflito territorial (a paisagem percebida concretamente) e as paisagens da

resistência territorial do campesinato (a paisagem que materializa as práticas de resistência dos sujeitos).

Palavras-chave: Paisagens. Conflitos territoriais. Violência. Resistência. Brasil.

Abstract

The expansion of capitalism in the Brazilian countryside produces contradictions that are inherent to its existence: at the same time that it generates and concentrates wealth to guarantee its reproduction, it expropriates and subjugates those subjects who oppose its development logic, producing and accentuating inequalities between social classes. This study describes and reflects on the violence in the countryside generated by the development of capitalism, which lacerates the landscape and the subjects' relationship with their territories, violating individual and collective rights and promoting innumerable territorial conflicts. In this article, we report the experiences arising from fieldwork carried out in the Cariri region of Ceará, in the semi-arid region of Piauí and the *Cerrado* of Tocantins in January 2020. The research was carried out through the systematization of dialogues and photographic records of these three places, together with a critical reading of the processes perceived during the visits. As a result of the field study, we identified elements that act dialectically in the composition of the landscapes and territories, leading to an analysis of the landscapes which separated them into two groups: a) the group of landscapes of territorial conflict (perceived concretely), and b) the group of landscapes of territorial resistance (materialized in the subjects' practices of resistance).

Keywords: Landscapes. Territorial conflicts. Violence. Resistance. Brazil.

Introdução

A expansão do capitalismo no campo brasileiro ao mesmo tempo em que gera riqueza e a concentra para garantir a sua reprodução, expropria e submete sujeitos que se opõem a sua lógica de desenvolvimento, produzindo e acentuando as desigualdades entre as classes sociais. Quando a lógica do capitalismo não consegue submeter e/ou expropriar seus opositores, o Estado cria mecanismos capazes de concretizar esse processo, seja através da legislação seja através da judicialização.

Fomos testemunhas desse processo ao visitar diversas comunidades que estão envolvidas em diferentes conflitos¹. Territórios inseridos desde a área semiárida do Brasil

¹ Os nomes das camponesas e camponeses entrevistados nessa pesquisa foram alterados por motivo de segurança para preservar a identidade desses sujeitos, pois vivem em áreas de conflito permanente. Substituímos pelo nome de camponesas e camponeses assassinados como uma forma de homenagem à memória pela luta da terra no Brasil.

até a área compreendida pelo Cerrado próxima à Amazônia. As comunidades estão localizadas nos estados do Ceará, Piauí e Tocantins, cada qual com seus aspectos próprios, mas que estão ligadas pelo processo de expansão do capitalismo no campo, apoiado pelo Estado. São distintas paisagens e territórios, com diferentes características geomorfológicas, climáticas, produtivas, políticas, culturais, biogeográficas, mas unidas pelo conflito, pela ameaça de desterritorialização, cujas paisagens se expressam de maneira ora desigual ora semelhante.

Neste artigo partiremos de uma viagem de quinze dias de pesquisa de campo realizada entre o Cariri cearense, o semiárido sudeste do Piauí e o Cerrado tocantinense em janeiro de 2020 (Mapa 1). O trabalho desenvolvido contemplou uma etapa da pesquisa de quatro projetos de doutorado que estão sendo elaborados nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Presidente Prudente) e da Universidade Federal do Ceará (UFC).

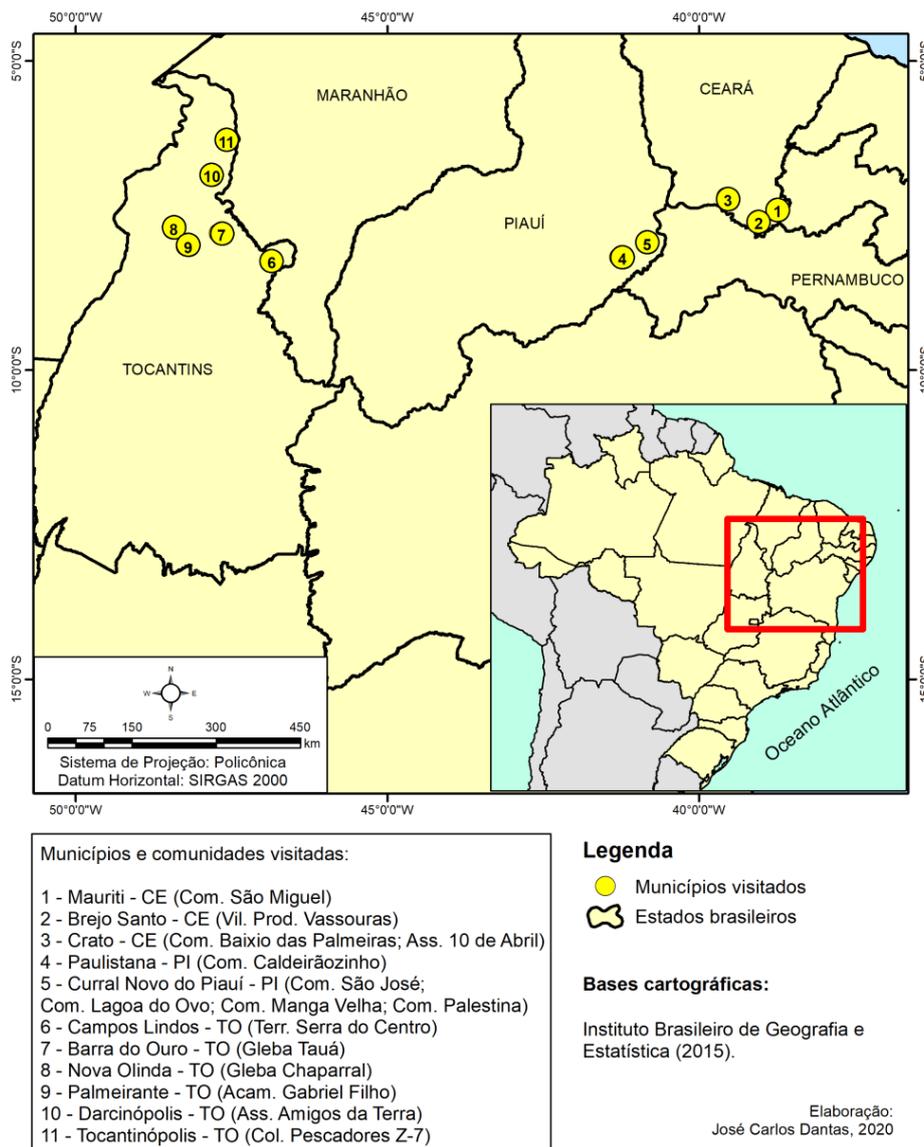
No estado do Ceará visitamos comunidades impactadas pelas obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) na região do Cariri, bem como pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Estes projetos são iniciativas do governo federal e do governo estadual, respectivamente, para ampliar a disponibilidade hídrica cearense. Pelo menos este é o discurso propagandeado pelo Estado. O que o próprio Estado oculta são os conflitos gerados com comunidades que se opõem a execução deste tipo de projeto, que muitas vezes gera mais danos que benefícios.

Nos sertões do Piauí, as comunidades visitadas são compostas por inúmeras famílias que praticam a convivência com o semiárido. As comunidades passaram a ser impactadas devido a grandes obras do Estado. O impacto causado pela construção da Ferrovia Transnordestina e do projeto de mineração Massapê/Manga Velha tem sido evidenciado na abertura de estradas por dentro das comunidades, na instalação de parques eólicos e na presença de técnicos vinculados à empresa Brasil Mineração S/A (Bemisa), com a sondagem e demarcação de locais para extração de minérios em áreas próximas às residências das famílias.

Na região norte do estado do Tocantins, transição entre os biomas Cerrado e Floresta Amazônica, a paisagem do conflito se configura pela abertura de áreas para a produção de *commodities*, principalmente de soja, nos territórios de comunidades

tradicionais. As lavouras de monocultura, muitas delas em terras griladas, têm empurrado esses camponeses para as áreas de fundos de vale, as quais sofrem permanentemente com o avanço da cerca do agronegócio. Muitas são as formas de violência empreendidas pelo capital e o Estado a esses trabalhadores rurais, que resistem firmes na luta pela terra.

Mapa 1– Roteiro das localidades visitadas em pesquisa de Campo



Fonte: elaboração própria.

Desse modo, objetivamos, neste texto, descrever e refletir sobre a violência no campo gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, que lacera a paisagem e a relação dos sujeitos com seus territórios, violando direitos individuais e coletivos, ao mesmo

tempo em que promove inúmeros conflitos territoriais. O trabalho foi elaborado através da sistematização de diálogos e registros fotográficos nos locais visitados (Cariri cearense, semiárido do Piauí e Cerrado tocantinense em janeiro de 2020), acompanhada de uma leitura crítica dos processos percebidos durante as visitas.

Paisagem enquanto conflito territorial

A paisagem de violência estrutural produzida pela aliança Estado e capital

Grandes projetos de desenvolvimento foram encetados ao longo da história do Brasil, nos mais diversos setores: infraestrutura, gestão de água, produção agrícola e produção de energia, por exemplo (AGUIAR, 1983). A partir da segunda metade do século XX, esses projetos são cada vez mais incentivados (principalmente pelos governos da ditadura militar brasileira), e chegam a ter, no século XXI, lugar de destaque nas políticas desenvolvimentistas do Estado em aliança com o capital (ALENTEJANO; TAVARES, 2019). Conforme os autores, esses grandes projetos se caracterizam “como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional” (ALENTEJANO; TAVARES, 2019, p. 194), produzindo conflitos nos diferentes territórios em que são implantados.

A Comunidade *São Miguel* (município de Mauriti) e a Vila Produtiva *Vassouras* (município de Brejo Santo) se localizam na porção sudeste do Ceará e tiveram suas dinâmicas territoriais modificadas pelas obras do Pisf, a maior obra de infraestrutura hídrica da história da região Nordeste. São 112 famílias pequenas proprietárias que desenvolvem lavouras de culturas alimentares e criam gado para produção de leite. A dinâmica da vida na comunidade, assim como a paisagem, passou a ser alterada com o início da construção do próprio canal de concreto que transporta a água do Rio São Francisco e de um túnel com aproximadamente 18 km de comprimento, cujo início se dá em *São Miguel* e final no município de Monte Horebe, estado da Paraíba.

Conversamos com o morador José Maria², que nos contou sobre o início da obra na comunidade e seus desdobramentos. O que marcam a construção dessa obra do Pisf na comunidade são, sem dúvidas, a arbitrariedade e o desrespeito do Estado ao lugar. A empresa contratada para realizar o serviço promoveu uma devastação na paisagem cotidiana da comunidade: desmatou espécies nativas da Caatinga e rebaixou o nível de base do relevo, o que ocasionou a drenagem da água de um riacho próximo, da água subsuperficial utilizada na produção agrícola das propriedades próximas ao canal e de uma lagoa que abastecia a comunidade.

Na Vila Produtiva *Vassouras*, fomos recebidos pela moradora Dorothy³. Na chegada, percebemos rapidamente uma mudança repentina na paisagem: a dificuldade do acesso à água era nítida, diferentemente do que vimos em *São Miguel*. A vila faz parte de um projeto de reassentamento de comunidades impactadas também pelas obras do Pisf, com a construção de barragens para armazenamento da água. Os moradores Dorothy e Francisco⁴ relatam que quando viviam em suas comunidades, localizadas próximas ao Riacho dos Porcos (importante curso d'água do município), conseguiam realizar uma produção agropecuária permanente, predominantemente familiar, com acesso à água garantido em uma área com vegetação de Caatinga conservada. A dinâmica socioterritorial foi destruída para a construção de uma outra paisagem. As famílias foram então desterritorializadas de suas comunidades e reassentadas em vilas produtivas no próprio município de Brejo Santo. O processo de retirada das famílias deveria ser ágil para que não atrapalhasse o andamento das obras do projeto. As comunidades do Riacho dos Porcos deram então lugar à Barragem dos Porcos e outras obras do Pisf, e suas lavouras resumiram-se a uma massa d'água que não serve a ninguém, a não ser às empresas contratadas para executar as obras.

Na Comunidade *Baixio das Palmeiras* e no Assentamento *10 de Abril* (localizados no município do Crato – CE) vimos comunidades impactadas por um processo

² Nome fictício em homenagem a José Maria Filho, liderança camponesa assassinada em 21/04/2010, em Limoeiro do Norte/Jaguaribe (CE), em razão do conflito vinculado ao projeto de Irrigação Jaguaribe/Apodi (CPT, 2011).

³ Nome fictício em homenagem à irmã Dorothy Stang, que foi assassinada com seis tiros, um na cabeça e cinco ao redor do corpo, aos 73 anos de idade, no dia 12/2/2005, no município de Anapu (PA).

⁴ Nome fictício em homenagem a Francisco Cordeiro de Rocha, ribeirinho assassinado em 09/04/2007, no município de Paraipaba (CE).

semelhante ao das duas comunidades apresentadas anteriormente. Ambos estão em conflito com o Estado em virtude do projeto do CAC, que “propõe transpor as águas para as bacias hidrográficas do Ceará a partir do Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco [aqui o autor está se referindo ao Pisf]. (...) O CAC é considerado a principal obra hídrica do Ceará e tem como objetivo equilibrar os vazios hídricos do estado através da interligação das onze bacias hidrográficas” (NOBRE, 2017, p. 113).

No *Baixio das Palmeiras*, que conta com 150 famílias pequenas proprietárias, conversamos com alguns moradores sobre a situação vivenciada com a chegada iminente das obras do CAC. Os moradores relataram as arbitrariedades cometidas pela empresa privada contratada para a execução da obra. O primeiro contato deles foi por meio da visita local de uma assistente social contratada pela empresa, que tinha o papel de convencer as famílias a aceitar pacificamente o processo de desapropriação de suas propriedades e receber a indenização correspondente. E a assistente tinha uma estratégia bem conhecida: primeiro convenciam uma família a aceitar a desapropriação de sua terra; depois começava a fazer pressão psicológica (uma forma de assédio) em outras famílias alegando que algumas das famílias já haviam desapropriado suas terras e que seria melhor para a comunidade. A tentativa é a de dividir a comunidade em opiniões contrárias para fragilizá-la e submetê-la aos interesses da empresa e do Estado, prática que nitidamente se configura como violência psicológica praticada pela empresa, com o aval do Estado. O principal ataque por parte do Estado à comunidade é essa tentativa de desapropriação de parte das terras das famílias proprietárias. A obra que irá danificar o *Baixio das Palmeiras* é o canal que transportará a água do Pisf. Visitamos alguns locais destinados à construção do canal e o mais surpreendente é que grande parte desses locais são áreas de preservação ambiental, a exemplo de vertentes com inclinação próximas aos 45° e áreas de nascentes.

No Assentamento *10 de Abril* ocorre situação similar. Logo ao adentrar a área do assentamento, fomos surpreendidos pela paisagem de uma grande cratera às margens da estrada carroçável por onde passamos. A cratera faz parte das obras do CAC e aparentemente constitui o que virá a ser o canal por onde a água será transportada. O Assentamento, além de ser impactado com a construção do canal, também foi prejudicado pela construção de um túnel que garante o transporte da água no interior de uma serra, cujas obras provocavam muitos transtornos. Os assentados tiveram sua dinâmica

produtiva afetada, pois foram modificadas tanto a lógica de trabalho e localização das lavouras quanto a lógica da criação de gado, que são realizadas em áreas comuns, portanto sem uma divisão cristalizada de lotes. Em visita às obras do canal e do túnel no Assentamento percebemos quão grandes são os investimentos públicos na execução do CAC. A alteração da paisagem local é impressionante, assim como o é a magnitude da obra. Parte da área devastada para a construção da obra, inclusive, fazia parte da Reserva Legal do Assentamento, a qual é protegida por lei e só pode ser utilizada para preservação. O Assentamento experimenta, assim, uma transformação significativa em sua dinâmica territorial com o desenvolvimento das obras.

Todas essas investidas do Estado, em aliança com o capital, estão subsidiadas por discursos de desenvolvimento para as regiões impactadas. Nos casos dessas comunidades visitadas no Ceará, o discurso se apoia na ampliação da disponibilidade hídrica para a população, porém uma disponibilidade que não contempla as populações das próprias comunidades afetadas pelas obras. Em todas as comunidades inspecionadas houve relatos de que as famílias não poderão utilizar-se das águas transportadas pelos canais construídos em seus territórios. Para essas comunidades só restam os danos, pois os benefícios são capturados em outras regiões que interessam à lógica capitalista de produção e ao Estado.

Esse mesmo panorama se configura em outra região que visitamos: a porção sudeste do estado do Piauí, onde foi observado o processo de implantação de grandes projetos de desenvolvimento em duas vertentes articuladas: a construção da ferrovia Transnordestina, que liga o município de Eliseu Martins (centro-sul do Piauí) ao Porto de Pecém (próximo a Fortaleza – CE) e ao Porto de Suape (próximo a Recife – PE), e o projeto de extração mineral Massapê/Manga Velha, uma articulação entre o governo estadual e a empresa Bemisa.

As comunidades *Caldeirãozinho* (município de Paulistana) e *São José* (município de Curral Novo do Piauí), cada uma com 16 famílias pequenas proprietárias, foram impactadas (lê-se danificadas) pela construção de um dos trechos da ferrovia Transnordestina. Novamente observamos a desconfiguração drástica da paisagem, danificando não apenas a vegetação nativa, o relevo e o solo, mas também as áreas de produção das comunidades e outras benfeitorias, como açudes e residências, além da

destruição de elementos culturais. Pelos relatos percebemos as ações de assédio impostas às famílias por parte da empresa responsável pela execução da obra e também por representantes do Estado.

Na comunidade *Caldeirãozinho* conversamos com Dona Antônia⁵, que explicou como ocorreram algumas práticas de assédio. Essa estratégia de atuação entre a aliança capital e Estado (violência psicológica) ocorreu e ocorre de maneira constante com as famílias dessas comunidades, as quais sofrem ameaças de expropriação e são obrigadas a assinar contratos de desapropriação de parte de suas propriedades a valores irrisórios. A contradição é gritante: o projeto orçado em mais de 6 bilhões de reais destina migalhas para o pagamento de indenizações às famílias prejudicadas. Famílias que não reivindicaram o projeto e não irão usufruir dele. Outro aspecto contraditório a ser considerado é o discurso por parte do Estado e das empresas privadas que propagam o suposto desenvolvimento e a modernidade para a região.

Na comunidade *São José*, também prejudicada pela Transnordestina, constatamos em seu entorno que existem muitos aerogeradores de energia elétrica (os quais compõem parques eólicos localizados próximos à comunidade), porém as famílias residentes convivem com o drama da escuridão, pois não têm acesso à energia elétrica. Nem mesmo podem utilizar a energia produzida nos parques eólicos próximos, implantados nos últimos anos na região, o que contradiz o discurso de desenvolvimento.

Somadas aos danos provocados pela construção da Transnordestina estão as ameaças advindas do projeto mineral Massapê/Manga Velha, que impactam ferozmente as comunidades *Lagoa do Ovo*, *Manga Velha* e *Palestina*, localizadas também no município de Curral Novo do Piauí. As 26 famílias das comunidades, entre elas pequenas proprietárias e posseiras, revelam preocupação em relação à forma como vêm sendo abordadas por sujeitos que se apresentam como representantes da empresa mineradora. Famílias residentes próximas às áreas de onde o minério de ferro poderá ser extraído são procuradas e pressionadas com insistência para vender parte de suas terras, a ponto de se sentirem reprimidas e até ameaçadas. O discurso utilizado pela empresa é o de “vender

⁵ Nome fictício em homenagem a Antônia Maria da Conceição, camponesa assassinada no dia 1.º/12/1984, na Gleba Gameleira, em Piripiri (PI), por resistir ao despejo da área em que residia e trabalhava há mais de 50 anos.

ou vender” a terra, caso contrário utilizará o aparato jurídico/legal e a força policial do Estado, ou seja, a violência legalizada.

Conforme as observações realizadas nas visitas a *Manga Velha* e *Palestina*, percebendo a localização dos pontos de sondagem para extração do minério, bem como a análise de relatos e de documentos sobre o projeto, verificamos que essas comunidades serão as mais impactadas negativamente. É perceptível que em eventual concretização do projeto grande parte desses territórios será drasticamente danificada, iniciando com a destruição do Morro da Cruz (importante formação geomorfológica da área) e espalhando rejeitos entre as pequenas propriedades. Outro fator preocupante é a sondagem realizada em locais próximos às residências, demonstrando que o minério poderá ser extraído próximo a essas áreas. Além dos danos provocados aos componentes naturais da paisagem, as obras poderão contaminar os moradores pelos rejeitos advindos da extração ou pelos metais pesados que possam contaminar o solo local e, conseqüentemente, as lavouras desenvolvidas pelas famílias.

Nesse contexto, percebemos como esses projetos de desenvolvimento que impactam as comunidades visitadas no Piauí estão articulados para melhor garantir sua execução: constrói-se uma via de escoamento para a produção mineral, que será iniciada logo em seguida. Isso expressa um processo muito bem articulado entre capital e Estado na tentativa de promover o desenvolvimento para si, para as empresas privadas, já que para as comunidades só restam os danos. Sousa (2016, p. 179), ao estudar a região, observou: “(...) cabe questionar a legitimidade desses projetos e a quem serve esse modelo instalado no Piauí, pois não inclui nem beneficia a população, ocasionam impactos socioterritoriais e as famílias não são consultadas que tipo de projeto as mesmas preferem para suas comunidades”.

Essa é outra característica marcante dos grandes projetos de desenvolvimento: nunca são demandas das comunidades (ALENTEJANO; TAVARES, 2019). As famílias historicamente construíram uma paisagem em que sua dinâmica articulava de forma equilibrada o uso dos bens comuns, produzindo poucas e lentas mudanças. Porém a materialização da aliança entre capital e Estado sempre é realizada através de demandas advindas de outros lugares ou regiões, de outras escalas, mas dependentes da escala local, no caso, do território apropriado, para serem implantadas e desenvolvidas.

Na nossa visita à Colônia de Pescadores Z-7, no município de Tocantinópolis, percebemos mais uma vez as transformações drásticas na paisagem e os conflitos gerados por grandes projetos de desenvolvimento. O empreendimento em questão se trata da Usina Hidrelétrica Estreito, construída ao longo do rio Tocantins em 2011, que promoveu impactos significativos para as comunidades à jusante das obras. A usina foi responsável pela transformação da dinâmica territorial cotidiana de comunidades que vivem nas proximidades do rio Tocantins e que dependem dele para desenvolver suas atividades produtivas. Ouvimos relatos de moradores a respeito da diminuição expressiva da quantidade de peixes existentes no rio e até a extinção de algumas espécies de peixes naquele trecho. Isso promoveu uma alteração sem precedentes para o modo de vida dessas comunidades, que sofrem com a gradativa perda de identidade com seu território, configurando uma violência simbólica por parte do Estado e das empresas privadas envolvidas no projeto.

Após a construção da referida usina, passaram a ocorrer, inclusive, conflitos entre comunidades ribeirinhas e indígenas impactadas pelas obras. Com menor quantidade de peixe disponível, a atividade da pesca no rio se torna cada vez mais difícil de ser realizada e produz embates entre os povos do campo. Outra vez deparamos com a estratégia de dividir as opiniões das comunidades entre si para que elas se desestabilizem e se tornem cada vez mais enfraquecidas. Essa artimanha remete aos tempos coloniais de fragmentação socioterritorial e nos mostra que está sempre presente nos projetos e na construção de grandes obras no Brasil e é capaz de se (re)articular para garantir a eficácia do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Podemos afirmar sem nenhuma dúvida que a marca dos grandes projetos de desenvolvimento é a produção de conflitos. E os conflitos ocorrem porque o território é disputado por duas lógicas de produção distintas e que geram dinâmicas e paisagens também diferentes: a) a reprodução socioterritorial dos povos do campo, com suas relações sociais de produção baseadas no trabalho familiar e no respeito à natureza como bem comum e na geração de lucro pelas empresas privadas, apoiadas pelo Estado, com a destruição da natureza como recurso; b) a expropriação desses mesmos povos do campo.

A expressão material desse conflito territorial é a paisagem, pois ela retrata como os sujeitos se organizam na produção do espaço: os povos do campo com suas lavouras

diversificadas produzidas pelo trabalho familiar cotidiano realizado historicamente, e a aliança capital e Estado com empreendimentos que homogeneízam os aspectos naturais, sociais e culturais dos lugares onde são implantados. A paisagem do território pode ser marcada tanto pela alegria de uma boa colheita de feijão, mandioca e milho como pela destruição de casas e a produção de um deserto de soja. Portanto, é certo que a paisagem visualizada naqueles curtos momentos da pesquisa de campo e que fazem parte do cotidiano dos sujeitos sociais é o resultado da luta desses sujeitos com as necessidades de expansão do capital, apoiado pelo Estado.

Apresentamos a seguir como esses conflitos produzem paisagens na fase de expansão do capital materializada na expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio e a violência praticada pelos grileiros tradicionais e modernos.

O lado arcaico e moderno da violência na produção das paisagens agrárias

Segundo dados do Atlas de Conflitos na Amazônia Legal, publicado pela CPT, o estado do Tocantins registrou, no ano de 2017, 135 conflitos no campo, envolvendo 5.453 famílias, tendo ocorrido 3 assassinatos em 2016. Esses conflitos estão presentes em 37% dos municípios do estado (52 municípios), com maior concentração na região norte. De acordo com a CPT (2016), os conflitos no campo no Tocantins não são novidade, porém a presença de pistoleiros, ações judiciais de despejos, agressões, ameaças de morte e prisões têm aumentado nos últimos anos, com o avanço do agronegócio.

Os conflitos no campo são latentes e a paisagem se forja pela grilagem de terras, pelos despejos, pela violência e morte. Nesse conflito, identificamos comunidades tradicionais com mais de 3 séculos na área, posseiros recentes, acampados e trabalhadores rurais, nos municípios de Campos Lindos, Barra do Ouro, Nova Olinda e Palmeirante. É uma nova abertura para os antigos conflitos na relação Estado, capital e latifundiários

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), no município de Campos Lindos, o poder público estadual influenciou diretamente na expansão da produção de soja, titulando terras da União a partir do Instituto de Terras do Tocantins (Itertins), desapropriando áreas, transferindo-as para familiares, empresários, políticos e secretários

de estado, e ao mesmo tempo, de forma desigual, expropriando os posseiros sem nenhum tipo de indenização.

Para Cifuentes (2013, p. 87), em Campos Lindos (TO), em 1997, o governo do estado expropriou ilegalmente todos os estabelecimentos, moradias e benfeitorias, numa extensa área de mais de 105 mil hectares das melhores terras do Cerrado. Alegando área de utilidade pública, o governo do Tocantins desapropriou, em agosto de 1996, cerca de 44.000 hectares de áreas que hoje compõem o município de Campos Lindos, com o discurso de implantação do Polo de Produção de Grãos e Frutas de forma cooperativa, pois considerava as terras dessa área devolutas. Um ano depois, o mesmo governador do estado revogou o decreto de 1996, e, alegando utilidade pública, desapropriou, em 1997, 105.690,50 hectares (CIFUENTES, 2013).

Nesse contexto, as famílias que hoje ocupam essas áreas foram inicialmente expropriadas para a expansão do capital e hoje vivem com a possibilidade de serem despejadas a qualquer momento, pois não possuem documentos que permitam segurança jurídica para estar na terra. A única comprovação de coexistência com o lugar é a paisagem construída historicamente pela posse e seus corpos enquanto existência e memória. Muitos desses moradores relataram que estão em suas áreas há mais de três séculos, e que hoje são obrigados a ocupar apenas os fundos de vales, onde a produção de soja não chega. Para o Sr. Genivaldo⁶, pertencente a uma das famílias tradicionais do território Serra do Centro, “a desapropriação desconsiderou toda a cultura, a tradição, que existia ali, desde o aproveitamento do Cerrado, tanto para criação de animais, como para aproveitar os recursos naturais, desde a caça”. No território Serra do Centro, cada comunidade é formada por famílias do mesmo parentesco e cada família possui uma área dentro da comunidade, sobrevivendo da produção de arroz, farinha, feijão, além da criação de gado, da caça, da pesca e da coleta.

Conflitos violentos entre posseiros e o poder público aconteceram nas desapropriações. O papel do Estado nesse contexto é eficaz ao não identificar e autuar grileiros e titular as terras, em detrimento de despejos de camponeses, e torna a posse da terra para esses sujeitos um ato de resistência contínuo. Relatos de destruição das

⁶ Nome fictício em homenagem a Genivaldo Braz do Nascimento, liderança camponesa assassinada em 08/07/2016, no município de Araguaína (TO).

plantações e o avanço da cerca sobre as áreas já restritas, por parte dos proprietários, indicam a insegurança dos posseiros em continuar resistindo na luta pela posse da terra. De acordo com Feliciano (2016), no período de 2001 a 2014 mais de 32 mil roças e 84 mil bens materiais como casas, barracos, galpões, entre outros, foram destruídos por práticas oriundas de mando legal e ilegal. Agentes da CPT e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) têm dado apoio a essas comunidades para a mediação dos conflitos gerados.

No município de Barra do Ouro – TO, participamos, juntamente com o representante da Fetaet, de uma assembleia com trabalhadores rurais, conduzida por lideranças femininas, com a presença expressiva de camponeses e camponesas da região. Estavam em pauta a indicação de dois representantes para participar de um evento, que seria realizado em Palmas – TO, e a proposição, por parte de representantes de uma empresa, da criação de uma cooperativa na região, para a produção de alimentos com os pequenos agricultores.

Durante a assembleia, explicamos a razão da nossa presença, ressaltando a importância da união dos trabalhadores na resistência e luta pela terra. Nossa fala aconteceu em todos os espaços ocupados na realização do campo e se tornou um momento importante na metodologia da pesquisa, pois serviu para diminuir o distanciamento natural entre o nós e os sujeitos analisados. Essa relação construída na pesquisa de campo é uma via de mão dupla e essencial para os lados envolvidos, os sujeitos pesquisados e os pesquisadores. De acordo com Oliveira (1998) a pesquisa de campo:

[...] é reveladora de elementos e relações essenciais para a elaboração de um trabalho acadêmico, a presença do pesquisador tem que se tornar significativa para aqueles que necessitam de interlocutores, entre eles e os setores mais amplos da sociedade. Se os interesses do grupo estava em compreender sua estrutura e organização, os interesses do grupo em relação ao pesquisador residem na possibilidade de criar um canal de mediação para explicitarem a sua luta, suas aspirações (OLIVEIRA, 1998, p. 7).

Pesquisar áreas de conflitos requer criar um espaço de diálogo onde a confiança é estritamente exigida. Inserir-se em uma lógica, mesmo que por curto período de tempo, em que muitas vezes a violência é constante e vidas são ceifadas, requer um

posicionamento de empatia e entendimento de que a posição do pesquisador é a de conseguir ouvir, para falar de forma propositiva.

Na assembleia, conversamos com algumas lideranças de comunidades rurais do município, como o representante da Gleba Tauá, que possui uma área de 13.000 hectares, em situação de conflito jurídico e violento há mais de 17 anos. As terras que a compõem pertencem à União e nela vivem mais de 80 famílias. Conforme relatos, a Gleba foi grilada pelo grupo Binotto, cujo proprietário é conhecido como Emilio Binotto, empresário no estado de Santa Catarina que vem arrendando terras na região para plantio altamente tecnificado de soja. Também segundo depoimentos, os posseiros da área têm denunciado ameaças de morte e expulsão por parte desse empresário desde 2003, tendo já ocorrido a derrubada de casas com motosserra e a destruição de plantações de milho, mandioca e feijão.

Os camponeses relatam o medo cotidiano de que aconteçam mortes, pois foram contratados pistoleiros para aterrorizá-los. Segundo dados publicados em 2013 pelo Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, só no ano de 2012, na Gleba Tauá, em ordem cronológica, foram registrados: reintegração de posse; denúncia de posseiro sobre a queima do seu barraco e do seu irmão; inquérito civil público para apurar supostas irregularidades na ação de regularização fundiária, com a possível conivência de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Tocantins (Incrá – TO); denúncia de que policiais militares, juntamente com o filho do empresário rural Sr. Emílio Binotto, intimidaram os posseiros a deixarem suas casas e roças; audiência com o MPF-TO para averiguação de grilagem de terras nesse município; audiência pública na Gleba Tauá com mais 150 pessoas; cumprimento pela Polícia Federal de um mandado de busca e apreensão para averiguar denúncias de grilagem de terra; registro de ocorrência por parte de posseiros, no final do ano, sobre a retirada de 10 animais (bois e vacas) da Gleba a mando do grileiro (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2013).

Em 2018, foi publicado um decreto da Superintendência Regional do Incra – TO aprovando a proposta de destinação da área da Gleba Tauá para o assentamento de trabalhadores rurais, prevendo a criação de 57 unidades agrícolas familiares. Mesmo com o decreto, nos meses de julho e outubro de 2018, novamente a Gleba é alvo dos grileiros,

e casas são incendiadas e derrubadas. Segundo relatos, as ameaças e as formas de coagir nos dias de hoje continuam as mesmas, mas os camponeses resistem na terra e permanecem nela, mesmo sabendo que correm risco de vida.

Na Gleba Chaparral, pertencente ao município de Nova Olinda – TO, vimos que as famílias estão na terra há mais de 11 anos, tinham sido despejadas no ano de 2019, tiveram seus pertences, produção, animais e casas depredados, porém retornaram para a terra, mesmo sem uma ordem judicial. Essa não foi a primeira vez que a comunidade sofre a ameaça de despejo. Segundo a Prestação de Contas Ordinária Anual do Inca Agrária, 2013, por meio da atuação conjunta da Ouvidoria Agrária Regional (OAR – TO), da Defensoria Pública do estado (DPE – TO), de advogados particulares, do MPF, do Inca, da Advocacia Geral da União (AGU) e do Programa Terra Legal, foram evitados despejos de 47 famílias de trabalhadores rurais da Gleba.

Nas entrevistas realizadas com camponeses e camponesas, os conflitos mais violentos iniciaram há dois anos, quando as famílias conseguiram colocar energia elétrica em suas posses e por esse motivo apareceu um suposto proprietário sem mostrar a titularidade das terras da região sudeste pertencentes à União (DPE – TO, 2018).

Os posseiros relatam que antes da reintegração de posse em 2019 foi realizada uma reunião para tentar resolver a situação das famílias, porém instituições como a AGU e o Inca não compareceram. Mesmo sem apresentar a titulação da terra e sem a presença dessas instituições na reunião, foi expedida a reintegração, e as famílias tiveram que deixar a área. Assim como boa parte da história do campesinato, retornaram para a terra e para o conseqüente aumento das ameaças. Em janeiro de 2020, durante a pesquisa no local, a percepção e a fala dos camponeses eram lastreadas pelo sentimento de que a qualquer momento poderiam ser expulsos.

O acampamento Gabriel Filho é outra localidade marcada por ameaças e mortes. Na entrevista com a senhora Margarida⁷ e sua mãe, dona Regina⁸, foi relatada a memória recente dessa luta. A área em disputa, segundo Vidal e Hashizume (2010) diz que a

⁷ Nome fictício em homenagem a Margarida Maria Alves, liderança camponesa assassinada em Alagoa Grande (PB) na porta de sua casa no dia 12/08 1983, na presença de sua mãe, seu marido e filho, com um tiro de espingarda no rosto.

⁸ Nome fictício em homenagem a Regina dos Santos Pinho, liderança camponesa do Assentamento Zumbi dos Palmares, assassinada em 08/02/2013 no município de Campos dos Goytacazes (RJ), combatendo as investidas dos latifundiários visando à expulsão das/os assentadas/os.

Fazenda Recreio foi dividida em duas: uma foi a Fazenda Freitas, ocupada pelos posseiros, e a outra, a Fazenda Recreio II, de responsabilidade do antigo dono de toda a extensão, Sr. Pedro Bringel, que já concordou em negociar a parcela que lhe cabe para viabilizar o projeto de assentamento.

Os relatos apontam que os primeiros conflitos ocorreram quando um dos “proprietários”, Paulo de Freitas, começou a derrubar e incendiar os barracos da fazenda ocupada pelos posseiros. Essas práticas de violência diária contra os posseiros culminaram em 2010, com o assassinato de um dos membros da comunidade, Gabriel Filho. A coordenação regional Araguaína-Tocantins da CPT acusou Paulo de Freitas e mais dois pistoleiros pelo crime. Essa violência ficou registrada na memória das famílias, que deram o nome da liderança ao acampamento, assim como ficou registrada na paisagem uma cruz fincada no local do assassinato como símbolo de luta pelo acesso à terra.

Conta-se, sobre esse assassinato, que um facão foi subtraído à força por Paulo de Freitas das mãos da acampada Regina, e Gabriel Filho, uma das lideranças do acampamento, deslocou-se até a delegacia de Palmeirante – TO para fazer o boletim de ocorrência acerca do caso. Contudo, não conseguiu fazê-lo, o que é comum e frequente nos relatos de vítimas que tentam denunciar as práticas de violência no campo. Naquela mesma tarde, Gabriel foi até a sede da fazenda pedir o seu facão de volta, momento em que foi assassinado, com 5 tiros, por Paulo de Freitas.

Segundo o site Repórter Brasil de 2010, “os próprios agentes da pastoral sofreram ameaças diretas de Paulo de Freitas. Na companhia de pistoleiros com armas de fogo, o fazendeiro teria declarado inclusive que daria um basta à vida de outro acampado” (VIDAL; HASHIZUME, 2010). Após a morte de Gabriel Filho, o assassino Paulo de Freitas fugiu para o Japão, e as famílias ficaram na terra, vivendo temporariamente.

Oito anos após o assassinato de Gabriel Filho, sem finalização de investigação, em 2018 foi cumprida a reintegração de posse em favor de Paulo de Freitas, que voltou para retirar as famílias do local. O site Mongabay, em reportagem “Comunidade desalojada por acusado de assassinato busca justiça para Gabriel Filho” diz:

Coincidentemente, o juiz que concedeu a Paulo de Freitas o direito de expulsar as famílias é o mesmo juiz que comanda o caso de assassinato. O juiz, assim como Paulo de Freitas, é um grande proprietário de terras e fazendeiro da região. Alguns membros da comunidade acreditam que o juiz é um bom amigo

de Paulo de Freitas. A Mongabay tentou contato com Paulo de Freitas, por meio de seu advogado, mas não obteve resposta (GROSS, 2018).

Mesmo com a saída dos camponeses da terra, o conflito e a violência continuaram. Por estarem acampadas ao lado da fazenda pleiteada, as famílias começaram a ser alvos de ameaças de jagunços contratados por Paulo de Freitas. As camponesas relatam que os jagunços ficavam parados próximos da cerca que divide o acampamento da fazenda. Mencionaram várias formas de intimidação, como a sabotagem de motocicletas na varanda dos barracos, colocação de açúcar no motor, inclusive deixando um recipiente com o produto no local, e envenenamento de cães.

Os relatos das camponesas são acompanhados de muita emoção e tristeza nas falas e nos gestos. Aquela paisagem não é somente de um amontoado de barracos, como pode parecer em uma fotografia ou em um primeiro olhar. O que a paisagem mostra, mas não revela, é a materialização de um conflito estrutural na formação de nossa sociedade brasileira, que sempre negou a essas pessoas o direito à segurança territorial para trabalhar e viver. Em seus depoimentos, pausados por momentos de emoção, explicaram a forma como os familiares e amigos foram mortos e outros acusados e presos, assim como a percepção de impotência.

As falas dos acampados demonstram a dificuldade de lutar pela terra, mas, ao mesmo tempo, a grande vontade de ter uma fração do território. Indicam também a angústia de perceber que o poder público age de forma lenta e parcial nas tomadas de decisões no que diz respeito à retomada das terras para a criação de assentamentos rurais.

Fica evidente a partir da pesquisa de campo uma realidade de conflitos territoriais causados pelo avanço do agronegócio no Cerrado tocantinense, também presentes em outros biomas brasileiros, como sabemos. Ao mesmo tempo que o capital internacional está territorializado, sob um discurso desenvolvimentista, via produção de *commodities*, as comunidades tradicionais, os posseiros e os trabalhadores rurais têm sofrido com mazelas trazidas por ele. Porém esses sujeitos têm resistido e lutado por suas terras. Os aspectos percebidos na paisagem decorrentes dos conflitos no campo dessa região entremeiam violência, morte, ameaças, insegurança jurídica, grilagem de terra e resistência.

Paisagem enquanto resistência territorial

As histórias de vida dos camponeses em análise nesse trecho estão compostas por relações sociais de trabalho e produção que se revelam nas figuras do assentado, morador-de-condição, das famílias pequenas produtoras, dos posseiros; do patrão, do fazendeiro; do empresário; do jagunço; do Estado.

As características do campesinato se materializam de acordo com o tempo, o espaço geográfico e a forma de luta e organização. Dialogamos com camponeses pequenos proprietários (Comunidades São Miguel em Mauriti (CE); do Baixio das Palmeiras no Crato (CE)); da Manga Velha; Palestina; Lagoa do Ovo e São José no Curral Novo (PI); Caldeirãozinho, Paulistana (PI); camponeses reassentados (Vila Produtiva Vassouras em Brejo Santo no Crato (CE); camponeses assentados (Assentamento 10 de Abril no Crato (CE) e Assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis (TO)) e camponeses posseiros (nos territórios Serra do Centro em Campos Lindos e de Tocantinópolis em (TO); nas Glebas Tauá em Barra do Ouro (TO) e Chaparral em Nova Olinda (TO), e com camponeses sem-terra no acampamento Gabriel Filho em Palmeirante (TO). Os sujeitos com os quais dialogamos nos apresentam diferentes formas de sujeição ao capital. Essas relações estão intimamente vinculadas ao domínio da apropriação privada da terra, legal ou ilegal presente no modo capitalista de produção.

Os camponeses, quando questionados sobre “como estavam as coisas por lá”, relataram muitos dos conflitos já expostos, mas também nos chamou atenção o fenômeno da resistência nas comunidades, construída na luta pela posse da terra e na liberdade no trabalho com a terra. Assim, a resistência é também “a negação do velho” (SANTOS, 2009, p. 4).

No Ceará e no Piauí, historicamente, temos na representação social coletiva a ideia da sujeição camponesa dentro das fazendas de gado, o que indica uma relação do camponês com o fazendeiro, a qual passa/passou pela lógica de dependência, compadrio, ou melhor, do cativo da terra (MARTINS, 1981). Mesmo quando o camponês está fora, não está totalmente livre desse tipo de dominação porque a lógica da dominação permeia as relações sociais no sertão de maneira geral. Mas de toda forma, como lembra Oliveira (2017), a saída do camponês da fazenda, através das vilas e comunidades rurais, dos

assentamentos rurais, relativizou e diminuiu o mandonismo nos sertões. Já no Tocantins, podemos dizer que a sujeição camponesa se deu através da expropriação a que os camponeses foram submetidos.

A maioria das famílias nas comunidades pesquisadas é oriunda do cativo ou possui parentes que lembravam esse tempo ou o tempo da migração forçada, quando não tinham direito a quase nada. Com isso, a resistência se estabelece na consciência de classe, portanto, na luta por direito e justiça socioterritorial, mas também se apresenta como uma forma de negar os tempos passados e garantir a posse da terra e a liberdade do trabalho familiar.

A resistência de comunidades onde a luta dos camponeses se dá contra as desapropriações nas grandes obras do Estado em articulação com o capital empresarial foi revelada no Ceará a partir da organização de comunidades na região do Cariri. Esse coletivo é formado pelos moradores das comunidades localizadas em municípios do Cariri Cearense e conta também com a participação de comunidades do Assentamento 10 de Abril, movimentos sociais do campo, grupo de intelectuais da Universidade Regional do Cariri (Urca) e setores da Igreja Católica da região. A formação do Coletivo de apoio está atrelada ao desenvolvimento do PISF e seus danos para as comunidades. No processo de organização desse coletivo foram realizadas ações de mobilização: um Ato público na cidade do Crato (CE) mobilizado pela comunidade do Baixio das Palmeiras, que resultou na realização de audiências públicas com representações das comunidades, e a participação do MPF, de deputados estaduais, de empresas envolvidas na obra e do governo do estado.

O caminho mobilizado pelo coletivo das comunidades tem sido o de proporcionar um encontro entre as comunidades atingidas e as comunidades vizinhas que estão sensibilizadas com os problemas advindos do projeto na região. O evento é um momento de diálogo, com reuniões nas quais se apresentam problemas específicos de cada comunidade e se promovem seminários com convidados e a confraternização dos participantes. Outro caminho de resistência e que também tem se revelado como uma alternativa para os jovens do Assentamento 10 de abril é a presença da escola na comunidade e, com ela, a valorização de novos grupos de coletivos com jovens e mulheres, além da rádio comunitária.

A presença de profissionais e técnicos vinculados à empresa, responsável pela abertura do canal que transportará as águas do Rio São Francisco para o Ceará, causou estranhamento e incômodo às comunidades. Na Comunidade São Miguel – Mauriti (CE) houve reivindicação, por parte dos moradores que têm propriedades às margens do canal, pelo uso da água do canal da transposição, já que a água subsuperficial que abastecia as lavouras foi drenada após a construção da obra. No processo de luta contra os danos causados pelo empreendimento, conforme o sr. José Maria, em 2019 foi realizada a paralisação de um dia de trabalho da obra para garantir a utilização da água do canal.

Nos territórios das comunidades Manga Velha, Palestina, Lagoa do Ovo, São José no município de Curral Novo – PI e Caldeirãozinho no município de Paulistana – PI, as ações de resistência ativa acontecem em conjunto. Consoante relatos, os moradores partiram do princípio de que “estavam sofrendo os mesmos problemas com os mesmos sujeitos envolvidos”, ou seja, conflitos pela terra evidenciados com a chegada da Bemisa no território, de modo que precisavam se unir. As primeiras articulações aconteceram entre os anos de 2013 e 2014.

Foi criada uma Comissão Intercomunitária formada por representantes das comunidades, da CPT e da Igreja Católica local, com o apoio de setores da Diocese de Picos, cuja missão foi visitar as famílias atingidas e manter reuniões mensais para discutir a realidade e construir ações e pequenas mobilizações, como o fechamento de parte da ferrovia Transnordestina até o atendimento das demandas da comunidade. Ao longo dos anos, a Comissão ganhou adesão e força e, anualmente, organiza um encontro entre as comunidades que dura quatro dias, com momentos de articulação, formação e mobilização política. Um dos pontos altos do encontro acontece nos dois últimos dias: uma romaria de solidariedade em defesa da vida. Geralmente, o trajeto percorrido sai do território das comunidades em direção às cidades de Paulistana e São Raimundo Nonato, os dois maiores centros urbanos da região. Assim, as comunidades buscam mostrar para a sociedade os problemas sociais vivenciados.

Em todas as comunidades de camponeses pequenos proprietários evidenciamos que o trabalho familiar é o motor do processo produtivo. A lavoura com milho, mandioca, feijão e batata-doce, a criação de gado para produção do leite, a criação de ovinos e caprinos, os quintais produtivos com hortaliças, fruteiras e plantas medicinais, são

fundamentais para a dieta alimentar da família e a produção de renda. Parte da produção agropecuária, muitas vezes, é comercializada em feiras agroecológicas e/ou municipais.

A resistência camponesa também se dá na luta pela permanência na terra assim como na luta organizada pela ocupação de terras e por acampamentos rurais, como é o caso do acampamento Gabriel Filho, localizado em Palmeirante – TO. Essa luta tem se transformado em emblemáticos conflitos no campo: problemas judiciais, intimidações, embates e mortes. Situações que discutimos anteriormente.

A comunidade Gabriel Filho vivia na Fazenda Freitas, há mais de dez anos, e foi expulsa por meio de uma liminar judicial em 2018, passando desde então a viver em um espaço cedido pelos posseiros da fazenda Bonito, que também estão na justiça reivindicando usucapião da terra, um direito garantido constitucionalmente. Desde quando foram expulsos da Gleba Gabriel Filho, os moradores lutam por justiça ancorados na esperança de um dia voltar para suas casas, onde tinham fartura e praticavam agricultura de resistência (arroz, feijão, milho, abóbora, entre outros alimentos) para sustentar as famílias e os mercados locais. No acampamento, a escassez de alimento é uma realidade frequente na vida de quem antes garantia a segurança alimentar da família. E o trabalho agora ocorre sempre como uma estratégia de resistência para entrar na terra ou a ela retornar: alguns sobrevivem por meio de diárias em diferentes lugares e atividades, outros por contrato, e uma minoria por carteira assinada em lugares longe do acampamento. As 15 famílias que compõem o acampamento vivem em grande rotatividade, e muitas acabam desistindo da luta por medo, pela opressão, pela falta de apoio e de acolhimento do Estado e do poder público, que na maioria das vezes fecha os olhos para o problema.

E assim, entre as árvores retorcidas de raízes profundas do Cerrado, a violência no campo vai deixando suas marcas, modificando a vida da comunidade local e igualmente a paisagem, que resistem frente à reprodução ampliada do capital e à injustiça. Como consequência, a resistência vai se instalando, e a comunidade lutando e se apegando no sonho de um dia regressar para suas casas. As paisagens de resistência encontradas em meio ao Cerrado mostram a realidade em que os posseiros – hoje acampados sem terra – vivem, muitas vezes sob a dependência de doações.

Outra frente de resistência territorial é a luta para permanecer nas frações do território conquistadas pelos camponeses. É a luta diária dentro dos assentamentos rurais movida pelo intuito e pela necessidade das comunidades de criar e/ou retomar práticas de produção que foram interrompidas, silenciadas e invisibilizadas desde o pacote da revolução verde na década de 70, que dinamizou o desenvolvimento das relações capitalistas no campo.

Ao visitarmos o Assentamento Amigos da Terra (PAAT), localizado no município de Darcinópolis às margens da TO-134, no norte do Tocantins, no Bico do Papagaio, área de transição entre a vegetação do Cerrado e a Floresta Amazônica, vimos que é um projeto criado em 1999, em um acordo feito entre o proprietário e o Incra na desapropriação da Fazenda Canto Bom. Na época foram assentadas cerca de 150 famílias, segundo Brito et al. (2019). O processo de criação do PAAT ocorreu inicialmente em forma de luta travada entre os camponeses e a proprietária, com ameaças de morte e de despejo. Sobre a criação do Assentamento, conforme Jesus e Sales (2012), a liderança camponesa assentada, Dona Dilma⁹, explica que não houve mortes no processo, mas houve descaso por parte do Incra. As terras eram de baixa fertilidade, de poucos recursos hídricos, e faltava assistência técnica que pudesse orientar os camponeses sobre a melhor forma de usar e manusear o solo para produzir, o que contribuiu para que muitas famílias deixassem seus lotes.

Atualmente a paisagem do PAAT está cercada de grandes monoculturas de soja e plantações de eucalipto, que direta ou indiretamente põem em risco e conflito a sobrevivência dos camponeses, que se baseia em atividades sustentáveis, advindas especialmente do trabalho familiar e do extrativismo vegetal e animal. O PAAT é organizado em agrovila formada por casas de alvenarias e glebas usadas para plantação agrícola individual, feita por famílias ou por meio de mutirões organizados entre moradores e amigos. As famílias cultivam alimentos, uma grande variedade de plantas, hortaliças e vegetais. Na casa da Sra. Dilma tem um banco de sementes crioulas. Existe inclusive, dentro do PAAT, um projeto de criação de um parque ecológico destinado ao turismo sustentável, proposto por pesquisadores do curso de Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína-TO, em parceria com a comunidade assentada.

⁹ Nome fictício em homenagem a Dilma Ferreira Silva, coordenadora regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Pará, assassinada em 22/03/2018.

Mesmo com a insuficiente e ineficaz política pública, a referida comunidade vem resistindo, buscando formas alternativas para fazer seus cultivos e levar seus produtos para as famílias e escolas do município de Darcinópolis e de cidades circunvizinhas. Segundo Dona Dilma, a expectativa é que a localidade se torne referência na produção agroecológica. Por outro lado, a grande dificuldade de se avançar está no constate uso de agrotóxicos nas plantações de soja e eucalipto na região, muitas vezes jogados por aviões, chegando diretamente na comunidade e em suas plantações pelo conhecido efeito deriva.

Atualmente, o maior desafio travado entre moradores, grandes produtores de soja e plantadores de eucalipto diz respeito à continuidade da produção agroecológica e à garantia de permanência no campo. Contraditoriamente, moradores falam que os produtores de eucalipto também trazem benefícios para a comunidade, por meio de apoio técnico ou de ajuda financeira. Aquela empresa vista antes somente como “inimiga” tem passado paulatinamente a ser considerada parceira. Cabe em outro momento aprofundar as contradições desse processo que subordina, mas também recria a lógica de reprodução camponesa.

A resistência dessa comunidade materializa-se na permanência dos modos de vida e cultivos agroecológicos, no trabalho coletivo e no enfrentamento a desmatamentos por meio de denúncias aos órgãos competentes e pela organização em associação.

Outra forma de resistência é observada no protagonismo das mulheres camponesas nas frentes de luta e na reprodução socioterritorial. Em 1983, a geógrafa Regina Toledo Sader escreveu o ensaio “Ser mulher camponesa no norte de Goiás”. Ela se remeteu à região que seria hoje o estado de Tocantins, mais especificamente o Bico do Papagaio. Ela diz no texto:

As mulheres trabalham muito. Mais do que os homens. Socam o arroz no pilão, cuja mão pesada não sentem mais. Com peneira jogam arroz para o alto, e com movimentos precisos separam a palha. Andam léguas mata a dentro, onde vão em grupos ajuntar o coco-babaçu, cortá-lo com um golpe seco em cima da lâmina do machado pesado que carregam. Uma parte da produção será reservada para consumo doméstico: o coco é socado e cozido na água, até o óleo se desprender. As fervuras sucessivas permitirão a separação do óleo que será utilizado na cozinha e no feitiço de sabão quando misturado com soda. A casca do coco será queimada para fazer carvão. Durante 15 anos, um pouco menos, um pouco mais, desde que se casam elas cumprem essas tarefas quase sempre grávidas ou com um nenê no colo (SADER, 1983, p. 3).

Essa paisagem construída pelo trabalho cotidiano e pelo protagonismo das mulheres ficou evidente em vários momentos da pesquisa de campo: na força jovem de Dorothy, na Vila Produtiva Vassouras, Cariri Cearense, onde é ressaltada a diferença da paisagem antes e depois da construção das obras do Pisf; nos relatos emocionados de Dona Antônia no enfrentamento do assédio moral das empresas, na comunidade de *Caldeirãozinho* (município de Paulistana – PI), que perdeu o pai pela pressão com a transformação da paisagem ao ter os trilhos passando dentre as terras da família, dividindo, por um lado, as áreas de produção e, por outro, as casas das comunidades e outras benfeitorias, como açudes. O protagonismo das mulheres também está no relato de Dona Vitória, da Gleba Tauá, município de Barra do Ouro – TO (na reunião no Sindicato Rural, que a presidenta também é uma mulher), sobre as estratégias de luta ao fotografar e gravar vídeo de gado dos grileiros destruindo a roça da família camponesa. Vale também destacar a luta de Dona Regina e Margarida, mãe e filha que foram expulsas da Fazenda Freitas em Palmeirante, formaram acampamento, são ameaçadas por pistoleiros, não conseguem registrar Boletim de Ocorrência no município e tiveram Margarida e familiares presos por suspeita de assassinato de um jagunço. Essa paisagem do conflito não se vê nas imagens fotográficas ou num primeiro olhar, mas é uma paisagem construída e que só pode ser visualizada com o ouvir de uma resistência contra a violência de uma sociedade patriarcal.

A luta do trabalho da mulher está também em manter viva ou reviver uma prática de produção mais equilibrada, como é o desejo de Dona Dilma, no assento Amigos da Terra, município de Darcinópolis, no Bico do Papagaio, ao mostrar sua produção agroecológica e o sonho de montar um banco de semente crioulas.

Vamos relatar a seguir uma batalha que é diária e histórica, da luta pela reprodução do trabalho e da vida camponesa, tendo como referência a entrevista com Dona Valmireide¹⁰, quebradeira de coco-babaçu.

Localizado em uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, o município de Tocantinópolis, no Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins, tem ao longo da sua história a marca de conflitos no campo entre quebradeiras

¹⁰ Nome fictício em homenagem a Valmireide Zoromará, líder indígena assassinada pela defesa de seu território, Terra Indígena Estação Paresi, Diamantino (MT), em 09/01/2009.

de coco-babaçu e fazendeiros. Esses conflitos ocorreram de forma mais intensa no fim do século XX e início do século XXI, e vinte anos depois esses conflitos aparentemente se amenizaram, mas ainda ocorrem direta ou indiretamente. O movimento das quebradeiras de coco também foi enfraquecido, tendo havido inclusive a dissolução da associação local. Muitas das mulheres que lidavam com o coco ocupam hoje outras funções e algumas se aposentaram. Outras, no entanto, ainda têm na coleta e no processamento do coco-babaçu a sua principal fonte de renda em Tocantinópolis e também em outros municípios do Bico do Papagaio, como São Bento do Tocantins e São Miguel.

Esses conflitos no Bico do Papagaio já foram objeto de estudo de pesquisadores da Geografia e de outras ciências. Rocha (2011) relatou que muitos fazendeiros contratavam jagunços para intimidar e expulsar as mulheres de suas propriedades, além de derrubar os babaçuais. Em Tocantinópolis, isso já ocorreu, segundo Dona Valmireide: “[...] já vi companheiras saírem corridas aí dessas fazenda, o povo não queria deixar nós catar o coco, hoje eu coleteo mas converso sempre antes com o dono, e pra ele é bom além de deixar a quinta limpa eu dou uma parte da produção pra ele ou em azeite ou em carvão” (Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2020 em Tocantinópolis –TO).

O conflito entre fazendeiros e quebradeiras de coco, por um lado, gerou medo e intimidação e, por outro, resistência e coletividade por parte das mulheres que, unidas, buscaram diversas formas de resistir e enfrentar os opressores: a) entrando nas fazendas mesmo com a presença dos jagunços tentando impedir a derruba dos babaçuais; b) apelando a associações; c) recorrendo ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB), fundado em 1995, reconhecido nacionalmente e unindo mulheres extrativistas do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins, que juntas lutam por seus direitos e por melhores condições de vida e de trabalho. Dessa luta e resistência coletiva foi criada a Lei do Babaçu Livre (1997), que deveria em tese garantir o livre acesso dessas mulheres aos babaçuais, mesmo que a plantação estivesse em propriedade particular, todavia nem sempre essa lei é cumprida, inclusive em Tocantinópolis.

Os conflitos territoriais com as quebradeiras de coco em Tocantinópolis se revelavam e se acirravam à medida que a expansão da Fronteira Agrícola avançava, seja por intermédio das grandes fazendas criadoras de gado seja por meio das grandes

plantações de eucalipto, este último já no século XXI reorganiza o território para atender as demandas do capital.

E assim, em meio aos babaçuais, o eucalipto brota modificando a paisagem e a vida da comunidade local, especialmente das quebradeiras de coco-babaçu. São mulheres que saem de casa ao nascer do sol e na maioria das vezes só voltam no fim da tarde, coletando o coco para extrair seu azeite e outros derivados, que são comercializados tanto em Tocantinópolis quanto em municípios circunvizinhos e vendidos a viajantes que trafegam pela região.

Na labuta diária, as quebradeiras de coco-babaçu geralmente levam suas refeições já preparadas e se alimentam sob a sombra de alguma árvore no campo. O quebrar o coco exige agilidade, força, paciência e não é uma tarefa fácil. Pelo contrário, muitas vezes essas mulheres ficam horas sentadas sobre o fio de um machado afiado preso pelas pernas equilibrando o coco-babaçu, que, após ser batido várias vezes com um pedaço de pau, conhecido por alguns regionalmente como porrete, têm suas amêndoas extraídas e depois processadas (pisada, cortada, torrada) para a obtenção do azeite, usado tanto em cosméticos quanto na culinária.

Da palmeira conhecida como babaçu, praticamente tudo se aproveita segundo uma das quebradeiras de coco-babaçu visitada em Tocantinópolis no povoado Folha Grossa. Das folhas, que podem chegar até a vinte (20) metros de altura, faz-se telhado de casas, cestas, bolsas, esteira; do caule, preparam-se adubos e, ornamentações; da casca, produz-se o carvão; do mesocarpo, pode-se fazer mingau, comumente usado na nutrição infantil; da amêndoa, extrai-se o óleo, conhecido também como azeite de coco, usado na alimentação, na indústria cosmética, na fabricação de sabão.

O grande desafio na atualidade é a falta de apoio e de incentivo por parte do poder público e do Estado de não visibilizar o trabalho dessas mulheres. A resistência das quebradeiras de coco de Tocantinópolis se dá pela própria continuidade da quebra e coleta do coco e na luta, mesmo sem apoio, em tentar trabalhar e manter viva a tradição que sustentou muitas gerações.

As resistências ativas das populações no campo, identificadas neste trabalho, deixam marcas na memória de quem luta e onde lutam. Com base na assertiva de Santos (1988) de que a “inovação traz a modificação da paisagem” e na discussão de que cada

período de análise se caracteriza por um conjunto de técnicas, entendemos que esse movimento do capital procura moldar uma paisagem pela homogeneidade das monoculturas e das relações sociais de produção e que a paisagem muda também a partir das relações sociais e na disputa pelo território. Portanto, a paisagem está sempre em movimento e em disputa, pois ela é forjada pela vida vivida dentro do modo de produção capitalista, ou seja, contraditória e regida pela luta e pelo confronto de classe.

Considerações finais

A origem dos conflitos no campo no Brasil está, quase sempre, atrelada a estratégias governamentais e empresariais voltadas aos supostos desenvolvimento e modernidade para a região apoiados em grandes projetos desenvolvimentistas.

As investidas do Estado, em aliança com o capital, estão subsidiadas por discursos de desenvolvimento para as regiões impactadas. Nos casos das comunidades visitadas, ora o discurso se apoia na ampliação da disponibilidade hídrica para a população, ou na geração de trabalho e renda, ora se apoia na produção de *commodities* agrícolas e minerais fundamentais para o crescimento econômico dos agronegócios. Em todos os casos há uma demanda por (mais) terras para fins de expansão de empresas, por extração de riquezas minerais, ou mesmo por grandes plantações de monoculturas voltadas à produção industrial. Nessa leitura os povos do campo, que lutam pela posse da terra e por uma vida digna, são considerados, muitas vezes, um obstáculo à livre negociação de terras no mercado ou à implementação dos grandes projetos de desenvolvimento. Isso porque são “vistos como sujeitos biologizados, isto é, como mera extensão dos recursos naturais, sem consciência nem direitos” (ALMEIDA, 2010, p. 136). Mas, numa paisagem na qual todos esses povos do campo emergiram como grupos sociais com identidades próprias e inclusive conquistaram direitos de acesso à terra e ou a seus territórios, uma leitura apolítica e de desrespeito à história dos grupos sociais não explica o agravamento dos conflitos sociais no campo.

O desenvolvimento da lógica capitalista de produção na articulação Estado e grandes empresas caminha para limitar/extinguir os direitos socioterritoriais dos povos do campo: famílias não poderão se utilizar das águas transportadas pelos canais construídos em seus territórios; famílias viram uma diminuição expressiva da

biodiversidade da região; famílias vivem o medo da morte e do despejo. A ação dos integrantes dessa coalizão tem se revelado a olho nu em paisagens visíveis descritas com grandes projetos modernos desenvolvimentistas. Ao inserirmos a percepção dos sujeitos, tal modernidade se abastece de diferentes formas de violência, entre outras descritas pela CPT: a violência psicológica, a legalizada e a simbólica.

A pressão sobre os direitos socioterritoriais dos camponeses tem gerado diferentes formas de resistência, que, muitas vezes, se revelam em paisagens (in)visíveis, que passam pela luta pelo trabalho familiar com autonomia na produção agropecuária, na pesca e no extrativismo desenvolvido nas comunidades. Formas de resistência também calcadas na formação de coletivos de mulheres, jovens e idosos que discutem ações no sentido de garantir seus direitos e condições dignas de vida no campo. Muitas dessas ações passam por mobilização da vizinhança, mutirões, reuniões, almoços, missas e atos públicos nas cidades, entre outras atividades, que, em um primeiro momento, agregam grupos sociais que se reconhecem em “um só sofrimento devido ao mesmo problema”, e que, em um segundo momento, fortalecem-se com o apoio de movimentos sociais, instituições não governamentais e representações camponesas, os quais, muitas vezes, viabilizam o reconhecimento de habilidades, valores e atitudes que os identificam e unificam como classe social. Nesse momento, o saber se inserir em uma estrutura social de produção e avaliar suas ações nas relações sociais transforma-se em conquista de organização e, portanto, em resistência.

Os bastidores da paisagem visitada revelaram uma interpretação da “barbárie que os dados sobre os conflitos no campo levantados pela CPT registram” (OLIVEIRA, 2003, p. 115). No percurso do trabalho, inserimos ao domínio do visível a dimensão da percepção dos sujeitos sociais – com seus movimentos, odores, olhares, falas e silêncios – proposta por Santos (1988). Assim, seguimos no trabalho de avançar na construção de uma leitura da realidade e da paisagem em conjunto com os camponeses.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a realização da pesquisa.

Os autores agradecem aos financiamentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para este artigo através da pesquisa intitulada “A Geografia dos

conflitos territoriais do semiárido brasileiro no século XXI”, vinculada ao processo nº 2018/12292-0.

Os autores agradecem também aos financiamentos dos projetos CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: *Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change*; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pinto de. **Nordeste**: o drama das secas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

ALENTEJANO, Paulo R.; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B.; ZHOURI, Andréa; IORIS, Antônio A. Rossotto; BRANDÃO, Carlos; BERMANN, Célio; HERNANDEZ, F. del Moral; BEZERRA, G. das Neves; ACSELRAD, Henri; PAULA, J. Antônio de; LASCHEFSKI, Klemens; COELHO, Maria C. Nunes.; MONTEIRO, M. de Abreu; GARZON, Luis F. Novoa; CUNHA, Luis H.; WANDERLEY, Luiz J. (orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 101-143.

BRITO, Eliseu Pereira; MORAES, Domingas A. Silva.; JESUS, Sidinei E. de Oliveira.; SHIMASAKI, Matheus M.; OLIVEIRA, Matheus R.; DELMONDES, Rodrigo D.; SILVA, Williany L.; CONCEIÇÃO, Francisca M.; FERNANES, Mowglas L. (orgs.). **Encantos e paisagens do vão do Canto Grande**. Araguaína: Editora da UFT, 2019.

CASTRO, Bernadete. **Tempo de Travessia, Tempo de Recriação**: Profecia e Trajetória Camponesa. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CIFUENTES, Joaquín E. Manchola. **Agronegócio e acumulação por espoliação**: o enclave da soja em Campos Lindos Tocantins. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CPT Tocantins Araguaia. Agronegócio vs Povos da Terra. Despejo da Gleba Tauá – TO foi suspenso e agentes da CPT e posseiros foram detidos (vídeos). **Alterinfos América Latina**, 21 jan. 2016. Disponível em: <http://dial-infos.org/spip.php?article7174>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Dona Raimunda, quebradeira de coco-babaçu e liderança no Tocantins, morre aos 78 anos. **Comissão Pastoral da Terra**, 8 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/4542-dona-raimunda-quebradeira-de-coco-babacu-e-lideranca-no-tocantins-morre-em-casa-aos-78-ano>. Acesso em: 25 mar. de 2020.

DPE – TO. Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Defensoria denuncia violação de direitos de camponeses em Palmeirante no norte do Estado. **Defensoria Pública do Estado do Tocantins**, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/25823>. Acesso em: 26 mar. 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. *In*: RAMOS-FILHO, Eraldo. MITIDIERO JR, Marco A. SANTOS, Layane. **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 81-100.

GROSS, Anna Sophie **Comunidade desalojada por acusado de assassinato busca justiça para Gabriel Filho**. MONGABAY (notícias ambientais para informar e transformar). 2018. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2018/08/comunidade-desalojada-por-acusado-de-assassinato-busca-justica-para-gabriel-filho/>. Acessado em 26 de março de 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Palmas: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&coDArqCatalogado=7819898>. Acesso em: 25 de mar. 2020.

JESUS, Sidinei Esteves de Oliveira; SALES, Marli. A territorialização dos camponeses no Projeto de Assentamento Amigos da Terra e a Atividade Econômica da Apicultura: uma alternativa para a conservação do Cerrado Local. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 1, n. 2, p. 48-59, 2012.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. TO – Apesar da violência e ameaças de jagunços e grileiros, camponeses da Gleba Tauá continuam a resistir. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no brasil**, 20 jan. 2013. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=to-apesar-da-violencia-e-ameacas-de-jaguncos-e-grileiros-camponesas-da-gleba-taua-continuam-a-resistir>. Acesso em: 25 mar. de 2020.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981.

NOBRE, Francisco Wlirian. **Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará – CAC no distrito de Baixo das Palmeiras – Crato-CE**. 2017. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A recriação camponesa em assentamentos rurais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2003.

ROCHA, Maria R. Teixeira da **A rede sociotécnica do Babaçu no Bico do Papagaio-TO: Dinâmicas da relação sociedade natureza e estratégias de reprodução agroextrativista**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SADER, Regina de Toledo. Ser mulher camponesa no norte de Goiás. **Espaço e Conjuntura**, n. 7, p. 1-8, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a Esquerda? Boaventura de Sousa Santos**, 22 jan. 2009. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Por_que_e_que_Cuba_22Jan09.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUSA, Antônio Eusébio de. **Conflito, luta e resistência camponesa no semiárido piauiense frente aos projetos Mineração e Transnordestina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2016.

VIDAL, Bárbara; HASHIZUME, Maurício. Trabalhador rural é assassinado em acampamento no Tocantins. **Repórter Brasil**, 9 nov. 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/11/trabalhador-rural-e-assassinado-em-acampamento-no-tocantins/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Recebido em 08/09/2020. Aceito para publicação em 01/03/2021.
--